



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE

Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

DADOS DO PROCESSO

PROCESSO:	00526/2023/TCE-RO
UNIDADE JURISDICIONADA:	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - IPERON
ASSUNTO:	Aposentadoria de Professor especial por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paritários
ATO CONCESSÓRIO:	Ato Concessório 1550 de 12.12.2019 (pág. 20 – ID1354852)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar nº 432/2008
DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO:	Ato Concessório 1550 de 12.12.2019 (pág. 20 – ID1354852), publicado no DOE nº 243 de 30.12.2019 (pág. 21 – ID1354852)
VALOR DO BENEFÍCIO	R\$ 3.590,27 (págs. 1-2 – ID1354855)
NOME DA SERVIDORA:	Maria do Carmo de Andrade Amaral
MATRÍCULA:	300015784 (pág. 20 – ID1354798)
CARGO:	Professor, classe C, referência 08, com carga horária de 40 horas semanais (pág. 1 – ID1354852)
CPF:	XXX.643.652-XX (pág. 1 – ID1354852)
REGIME JURÍDICO:	Estatutário (pág. 1 – ID1354859)
DATA DE INGRESSO:	24.10.1989 (pág. 2 – ID1354859)
DATA DE NASCIMENTO:	23.05.1950 (pág. 1 – ID1354859)
SEXO:	Feminino (pág. 1 – ID1354859)
ADMISSÃO POR CONCURSO:	Sim (pág. 2 – ID1354859)
RELATOR:	Conselheiro Substituto Francisco Júnior Ferreira da Silva

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. Versam os autos acerca da Aposentadoria de Professor especial por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paritários, concedida à interessada, conforme dados em epígrafe, encaminhados a esta unidade técnica para análise preliminar.

2. O presente relatório resulta da competência estatuída no art. 3º, inciso VIII, da Resolução Administrativa nº 005/1996 (RITCE/RO) e art. 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 154/1996.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE

Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 Documentos que devem ser digitalizados e enviados ao TCE/RO

3. O art. 2º, §1º da Instrução Normativa nº 50/2017 determina o envio dos seguintes documentos:

Item	Tipo de Documento	Sim	Não	Págs.
I	Ato concessório do benefício, ato de cancelamento ou ato retificador e seus respectivos comprovantes de publicação;	X		20-22 ID1354852
II	Certidão de tempo de serviço/contribuição;	X		10-13 ID1354853
III	Laudo médico oficial ou seu extrato, em que constem a natureza da moléstia grave, contagiosa ou incurável especificada em lei, ou que a invalidez foi motivada por moléstia profissional ou acidente em serviço, a data da inspeção, CID, CRM, assinatura da junta médica ou do médico perito e indicação se os proventos serão integrais ou proporcionais;	-	-	-
IV	Demonstrativo de pagamento relativo à última remuneração percebida e ao primeiro benefício de aposentadoria	X		1 ID1354854 6 ID1354855
V	Avaliação médica e funcional, na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público portador de deficiência;	-	-	-
VI	Na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público que exerce atividades sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física:	N/A		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE

Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

VII	Termo de opção do servidor pela regra de aposentadoria voluntária que melhor lhe convier quando preencher mais de uma regra de inativação.	X		19 ID1354852
VIII	Na aposentadoria de professores, documentação que comprove o tempo de efetivo exercício exclusivo no magistério (educação infantil, ensino fundamental e médio), ou nas funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico em estabelecimentos de ensino básico (ADI n. 3.772/DF), para obter a redução de 5 (cinco) anos nos requisitos de idade e de tempo de contribuição, na forma do art. 40, §5º, da Constituição da República Federativa do Brasil.	X		4-5 ID1354853
IX	Outros documentos hábeis a comprovar situação jurídica declarada no FISCAP, requisitados pelo Tribunal;	X	-	1-3 ID1354859

4. Realizada a aferição documental constatou-se que o envio dos documentos se deu conforme o exigido pela IN nº 50/2017.

2.2. Do tempo de serviço

Tempo apurado pelo SICAP WEB	Tempo apurado pelo órgão concedente	Aferição
Geral: 13.503 dias , ou seja, 36 anos, 12 meses e 3 dias ¹ . Magistério: 10.555 dias , ou seja, 28 anos, 11 meses e 5 dias. ²	Geral: 13.511 dias , ou seja, 37 anos, 1 mês e 10 dias ³ .	η

(✓) Confere (η) Não confere

¹ Tempo computado até o dia anterior à data de publicação do ato concessório na imprensa oficial em DOE nº 243 de 30.12.2019 (pág. 21 – ID1354852).

² Conforme Declaração de Efetivo Exercício (págs. 4-5 - ID1354853).

³ Conforme Certidão de tempo de serviço (págs. 10-13 – ID1354853).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE

Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

5. A divergência encontrada entre a apuração de tempo geral efetuada por esta unidade técnica, utilizando o sistema SICAP WEB e pelo tempo apurado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - IPERON é de **8 (oito) dias**, sendo assim, uma diferença insuficiente para macular o direito da servidora.

ATIVIDADES CORRELATAS AO MAGISTÉRIO	
Período	Função
04.02.1987 a 30.06.1988	Professora em Sala de Aula
01.07.1988 a 23.10.1989	Professora em Sala de Aula
24.10.1989 a 31.12.2015	Professora em Sala de Aula
Total: 10.555 dias , ou seja, 28 anos, 11 meses e 5 dias.	

6. Denota-se que a Servidora alcançou o requisito mínimo de 25 anos de contribuição em atividade exclusiva de magistério nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 de 19 de Dezembro de 2003.

2.3 Da fundamentação legal

Item	Fundamentação	Base de cálculo	Aferição
01	artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar nº 432/2008	Proventos integrais, correspondente a 100% da última remuneração contributiva do cargo em que ocorreu a aposentadoria e com paridade.	✓

(✓) Confere (η) Não confere

7. Vale constar que a servidora faz jus a Aposentadoria Especial de Professor nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 de 19 de Dezembro de 2003, por alcançar o requisito mínimo de 25 anos de contribuição em atividade exclusiva de magistério.

2.4. Dos proventos

Base de cálculo	Valor	Aferição
Proventos integrais, correspondente a 100% da última remuneração contributiva do cargo em que ocorreu a aposentadoria e com paridade.	R\$ 3.590,27 (págs. 1-2 – ID1354855)	✓

(✓) Confere (η) Não confere



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE

Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

8. Considerando que o cálculo dos proventos se dará com base na integralidade, devendo ser considerado a última remuneração contributiva, verifica-se que o comprovante referente a última remuneração (pág. 1 - ID1354854), guarda consonância com primeiro benefício da inatividade (pág. 6 – ID1354855), bem como disposto na planilha de composição dos proventos (págs. 1-2 – ID1354855).

9. Assim, constata-se que os proventos estão sendo calculados corretamente de acordo com a fundamentação legal que deu base a concessão do benefício.

3. CONCLUSÃO

10. Analisando os documentos que instruem os autos, constata-se que a Senhora **Maria do Carmo de Andrade Amaral** possui direito a aposentadoria especial por tempo de contribuição com proventos integrais e paritários nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar nº 432/2008.

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

11. Por todo exposto, propõe-se, seja o ato considerado **APTO** a registro, nos termos delineados na alínea “b”, do inciso III, do art. 49, da Constituição do Estado de Rondônia, c/c o inciso II, do art. 37, da Lei Complementar nº 154/96 e inciso II, do art. 54 do Regimento Interno, desta Corte de Contas.

12. Desta feita, submete-se o presente relatório ao Excelentíssimo Relator para sua superior apreciação e deliberação que julgar adequada.

Porto Velho, 15 de março de 2023.

Michel Leite Nunes Ramalho

Coordenador da Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

Cadastro 406

Em, 16 de Março de 2023



Assinado Eletronicamente

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

MICHEL LEITE NUNES RAMALHO

Mat. 406

COORDENADOR DA COORDENADORIA

ESPECIALIZADA DE CONTROLE

EXTERNO 4